

Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920)*

*Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro***

Resumo. Aferindo o rico percurso da imprensa como objeto da reflexão historiográfica e destacando o espraiamento geográfico vivenciado pela Imprensa no Brasil, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, momento em que, deslocando-se dos grandes centros urbanos, ela alcança espaços mais ermos e recônditos. O artigo recupera a recente trajetória desses estudos no Amazonas, enfatizando a necessidade de transposição do incômodo silêncio historiográfico acerca das experiências periodistas nas pequenas vilas e cidades amazônicas, então mobilizadas pela expansão da economia de exportação da borracha e alcançadas por forte movimento migratório em direção aos seringais da região.

Palavras-chave: História da Imprensa; Periodismo; Amazônia.

The Press and Society in the Amazon (1880-1920)

Abstract. Current article is foregrounded on the relevant trajectory of the press as an object of historiographic reflection, with special reference to its geographical expansion in Brazil between the late 19th century and the early 20th century. It was precisely during this period that there was a displacement from the great urban centers and reached far and remote spaces. The paper deals with recent studies on the press in the Amazon underscoring the need for transpositioning of an annoying historiographic silence on the experiences within small villages and towns in the Amazon mobilized by an expanding rubber economy and based on a strong migratory movement to the region's rubber trees.

Keywords: History of the press; Periodism; Amazon.

* Artigo recebido em 02/08/2013. Aprovado em 06/02/2014.

** Professor da UFAM, Manaus/AM, Brasil. Bolsista de produtividade do CNPQ, Brasil. E-mail: balkar2013@gmail.com

Prensa y Sociedad en los confines de la Amazonía (1880-1920)

Resumen. Observando el rico recorrido de la prensa como objeto de reflexión historiográfica y destacando la dispersión geográfica experimentada por la prensa brasileña entre fines del siglo XIX y comienzo del siglo XX, período en el que se desplazó de los grandes centros urbanos a lugares más yermos y recónditos, este artículo recupera la reciente trayectoria de esos estudios para la Amazonía. Es enfatizada la necesidad de superar el incómodo silencio historiográfico acerca de las experiencias periodísticas en pueblos y ciudades amazónicas que, durante dicho período, atravesaron la expansión de la economía de exportación del caucho y la recepción de un fuerte movimiento migratorio para la explotación de ese recurso.

Palabras Clave: Historia de la Prensa; Periodismo; Amazonía.

1. História e Imprensa: um percurso

Após amargar um período de séria desconfiança ao longo da primeira metade do século XX, a imprensa chega ao século XXI consagrada no interior dos estudos históricos, sendo alvo de intensa atenção, refletida tanto na ampliação do debate acadêmico, com a abertura de fóruns, seminários e grupos de pesquisa, quanto na produção editorial ligada à área.

Com efeito, o processo inicial de desconfiança dos historiadores com a imprensa não esteve restrito ao cenário historiográfico brasileiro, e sua abrangência acompanhou de perto as influências da escola metódica e o assento por ela atribuído aos ideais de objetividade e cientificidade que marcaram os caminhos da História acadêmica ao longo do século XIX e início do século XX. Esse espírito cientificista, como explica Burrow, fez com que, “a partir da década de 1880, a retórica da ciência se tornasse lugar comum histórico” (BURROW, 2013, p. 492). Nesse contexto, como salienta Tania Regina de Luca (2006, p. 112), os jornais pareciam “pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”.

Isso não impediu, todavia, que estudos isolados da lavra de historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – como o pernambucano Alfredo de Carvalho –, emergissem apontando não apenas para a valorização da imprensa e de suas lutas como colaboradora da construção da nação, como também para a necessidade de se inventariar essa rica produção.¹ Foi, inclusive, sob a égide do IHGB, que se procedeu a rigoroso inventário da produção periódica nacional, dele participando diversos Institutos Históricos regionais², com vistas à celebração do Centenário da Imprensa no Brasil, comemorado em 23 de maio de 1908, com exposição na capital federal.³

Uma das marcas significativas desse empreendimento, visível no texto de Alfredo de Carvalho –, a quem coube a apresentação geral a partir dos catálogos e informações fornecidas pelos Institutos regionais –, foi exatamente demonstrar o espraiamento geográfico da Imprensa pelo Brasil, alcançando espaços mais ermos e recônditos. Assim, nos parágrafos finais, dedicados ao Amazonas, ele externará esse espraiamento:

A antiga Capitania do Rio Negro só veio a ter imprensa depois de erigida em província do Amazonas, a 1 de janeiro de 1852; no mesmo ano Manoel da Silva Ramos estabeleceu em Manaus uma typografia, na qual porém, só em 1854 começou a ser impresso o primeiro jornal amazonense Estrella do Amazonas; anos depois a arte typográfica foi implantada em Manicoré (1864), Serpa (1872), Lábrea (1886), Humaythá (1891), Coary (1895) e Barcellos (1897) (CARVALHO, 1908, p. 70).⁴

¹ Já em 1899, Alfredo de Carvalho publicou dois estudos sobre a Imprensa: “*A imprensa baiana, 1811-98*” e “*Jornais Pernambucanos 1831-1898*”, voltando a este último tema em 1908, com a publicação dos “*Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908*”.

² Nesse empreendimento, os Institutos regionais empenharam-se em inventariar a produção periódica nos seus respectivos Estados, organizando coleções e produzindo catálogos e índices onomásticos. Foi-lhes ainda solicitado que enviassem exemplares desses acervos para o Rio de Janeiro, conforme se vê na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1908, p. VII-X).

³ O evento acabou sendo realizado meses mais tarde, passando a integrar a Exposição Universal, que ocorreria naquele mesmo ano no Rio de Janeiro, como registrou Max Fleuix, então Presidente do IHGB (REVISTA DO IHGB, 1908, p. V-XIII).

⁴ Há, todavia, bastante imprecisão nestas informações, como adiante se verá. Chega a ser curioso observar que, tendo como ponto de partida o inventário realizado no Amazonas por J.

Ao longo da primeira metade do século XX, a posição dos historiadores foi se modificando lentamente, dando vazão à utilização inovadora da imprensa como suporte documental para importantes análises históricas e sociológicas, consagradoras, por exemplo, da obra de Gilberto Freyre.⁵ O impacto das novas teorias e abordagens historiográficas sobre a comunidade de historiadores em meados do século XX (BURKE, 1992; MALERBA; AGUIRRE JR, 2007), tanto quanto as novas formulações históricas de documento e fonte alargaram sobremaneira os horizontes e as práticas historiográficas (LE GOFF, 1992, p. 535-549).

Tais aberturas epistemológicas permitiram não apenas a incorporação mais sistemática da imprensa no rol das denominadas “fontes históricas” – passando a subsidiar a discussão e análise das diversas temáticas alcançadas pela comunidade de historiadores – como também propiciaram a percepção e utilização da imprensa como *objeto* próprio da análise historiográfica (ZICMAN, 1985, p. 89-102), potencializada, desde os anos 1960, em estudos hoje considerados clássicos, como o de Nelson Werneck Sodré (1990).

Esse impulso ganhou dimensões ainda maiores a partir da década de 1980, momento em que o mercado editorial brasileiro começou a dar vazão às produções oriundas da pós-graduação que se consolidava no país. Em boa medida, essas primeiras teses e dissertações enfatizavam mais as relações da imprensa com a política e o poder, deslindando seus vínculos e comprometimentos políticos e ideológicos (Dentre outros: CAPELATO, 1974;

B. Faria e Souza, Alfredo de Carvalho desconsidera, nessa síntese, as informações constantes do inventário amazonense, mormente quanto à produção do *Cinco de Setembro*, que, saído a 3 de maio de 1851, foi, de fato, o primeiro periódico daquela Província do Império.

⁵ Asa Briggs, importante historiador inglês, reconheceu esse pioneirismo de Freyre, não sei antes reivindicar para si igual proeminência: “Sei que Freyre se orgulhava muito de ser um dos pioneiros na utilização dos jornais como fonte, mas isso era, na verdade, algo que já fazia parte de minha maneira de escrever história antes de conhecê-lo. Para se escrever sobre o século XIX, os jornais são realmente fonte muito valiosa, e sempre os usei em abundância” (PALARES-BURKE, 2000, p. 73).

PRADO, 1974; MARSON, 1974). De lá para cá, a imprensa foi perpassada por um sem número de investigações e análises que procuravam, de um lado, dar conta de sua relevância histórica no cenário político, social e cultural do país (Dentre outros: MOREL; BARROS, 2003; MARTINS; LUCA, 2008; FONSECA; CORRÊA, 2009; BARBOSA, 2010) e de outro, salientar suas múltiplas dimensões e segmentações ao longo de sua própria história (LUSTOSA, 2000; MARTINS, 2001; JANOVITCH, 2006; BUITONI, 2009).

Digno de nota foi também o processo, pouco mais recente, de expansão da produção historiográfica brasileira sobre imprensa para fora do eixo Rio de Janeiro / São Paulo, num movimento que, menos que a mera agregação de dados a uma *História nacional* já configurada e constituída, tem permitido flagrar dimensões inovadoras da imprensa nos mais diversos contextos, permitindo a percepção e a construção de *outras histórias* da imprensa no Brasil (COELHO, 1993; CALHÃO, 1994; CAVALCANTI, 1996; GONÇALVES, 2000; SILVA, 2005).

2. A História da Imprensa no Amazonas

No Amazonas, o contexto historiográfico acumula pouco mais de uma década de reflexões sistemáticas sobre o tema, com destaque para a contribuição seminal de Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2001). Antes desse momento, registraram-se apenas trabalhos isolados e descontínuos, informados quase sempre por memorialistas com algum grau de inserção no cenário jornalístico amazonense do início do século XX. Digno de nota foi o primoroso inventário da imprensa periódica amazonense, realizado por João Batista de Faria e Souza, cuja motivação estava associada ao empreendimento proposto pelo IHGB acerca do Centenário da Imprensa no Brasil. Jornalista e historiador, João Batista de Faria e Souza, atuou ativamente no cenário intelectual e jornalístico amazonense no período de maior expansão da

economia de exportação da borracha e de modernização urbana vivenciada por Manaus.

Com efeito, esse impulso modernizador havia impactado sobremaneira o ambiente intelectual, ampliando o processo de letramento e as esferas da cultura letrada no Amazonas, marcando uma sensível mudança de rumo em comparação com o frágil ambiente intelectual vivenciado entre 1850 – data de criação da Província do Amazonas – até 1880, quando a economia gumífera começou a injetar recursos volumosos nos cofres públicos, permitindo maior intervenção estatal no fomento à escolarização e o apoio e institucionalização de estruturas voltadas para a esfera da cultura letrada (gabinetes de leitura, bibliotecas etc.). Assim, se por volta de 1850, o naturalista Henri Bates afirmava que a maioria dos habitantes da Cidade da Barra do Rio Negro (Manaus) “jamais abriu um livro e desconhece todo e qualquer tipo de ocupação intelectual”; as avaliações do ambiente intelectual amazonense para o final do século XIX e início do XX seriam bem mais lisonjeiras:

Manaus, para seu tamanho, possuía uma audiência literária fora do comum. A cidade mantinha dois bons jornais diários, o JORNAL DO COMÉRCIO e o DIÁRIO DO AMAZONAS, bem como pelo menos mais uma dúzia de periódicos diferentes. As duas maiores livrarias ofereciam as últimas publicações brasileiras e jornais, revistas e livros estrangeiros... O grande interesse por jornais e livros tanto estrangeiros quanto nacionais pode ser explicado parcialmente pela elevada percentagem de empresários estrangeiros na comunidade, mas a melhor explicação reside no fato de que Manaus possuía um sistema educacional excepcionalmente bem desenvolvido. Realmente, a maior soma sob uma única rubrica do orçamento estadual de 1910 destinava-se à educação. E a maior parte dessa verba permanecia em Manaus (BURNS, 1966, p. 17-18.)

Em *A Imprensa no Amazonas*, título dado ao catálogo de jornais organizado por J. B. Faria e Souza para a exposição de 1908, seu autor apresenta um conjunto de pequenos textos introdutórios abordando aquele momento formativo que marcou a imprensa amazonense em seus 50 primeiros anos. Em breve resumo histórico, Faria e Souza percebe pelo *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 297-323, jan.-abr./2014.

menos três momentos distintos da imprensa amazonense, sendo o primeiro o que se inicia com a publicação do Cinco de Setembro, em 1851 e vai até cerca de 1870, quando os jornais não passavam de “pequenas folhas anti-estéticas, nada interessantes e, ainda assim, circulavam vencendo dificuldades que cercam todos os grandes cometimentos em seus inícios”. Pouco noticiosas, as primeiras folhas vão pouco a pouco, diz-nos o autor, assumindo cada vez mais um tom político partidário. Um segundo momento se abriria “depois de 1870, quando os periódicos mostravam feição mais cuidada; o noticiário era mais desenvolvido; já se via outro modo de anunciar”. O vínculo político partidário se acentua, mas inovações também ocorrem e, assim, este momento marca também o surgimento dos primeiros folhetins. Por fim, um terceiro momento destacado pelo autor seria o delineado entre 1880 e 1889, quando a “imprensa manauense tomou notável incremento”, diversificando-se e modernizando-se do ponto de vista tecnológico (FARIA E SOUZA, 1908, p. 6-7).

Após 1908, a historiografia amazonense manteve-se, por décadas, em longo silêncio, rompido, vez por outra, por ruídos trazidos pela ação de memorialistas, como Paulo Eleutério ou Raul Azevedo. O primeiro fez publicar, em 1925, brochura em que comentava a rica Imprensa Gynasiana⁶ que circulou em Manaus desde 1893 (ELEUTÉRIO, 1925, p. 64-72), não sem recorrer, para os períodos iniciais e mesmo para à fase “pré-gymnasiana”, ao catálogo de Faria e Souza. Trata-se de nota informativa, sem grandes preocupações analíticas, mas importante quanto a identificação de títulos, editores e colaboradores desta imprensa estudantina que formou muitos daqueles que, posteriormente seriam destacados jornalistas, intelectuais e políticos amazonenses.

⁶ Referente ao *Gymnasio Amazonense Pedro II*, criado em 1893, por força do Decreto nº 34, de 13 de outubro do mesmo ano.

Raul Azevedo, intelectual e jornalista consagrado, fez publicar no jornal *A Tarde*, longa matéria em que, num exercício de memória, assevera a riqueza alcançada pelo periodismo amazonense durante a expansão da economia extrativista da borracha, dando ênfase para os fatos que marcaram sua rica atuação na Imprensa amazonense, como ele mesmo destacou:

Fundei, no Amazonas, três grandes jornais diários, chefei a redação de cinco, tive lutas, combates, algumas tentativas de assassinato, colaborei em grandes jornais e revistas, – mas guardo desse dia de contentamento sincero uma indefinível recordação (A TARDE, Manaus, 19 fev. 1939).

Somente nos anos 1990, a imprensa amazonense voltaria a atrair a atenção dos pesquisadores e historiadores locais, resultando desse interesse um primoroso inventário que, compulsando as mais importantes instituições arquivísticas do Estado, identificou e catalogou mais de 600 títulos publicados no Amazonas, entre 1851 e 1950 (FREIRE, 1990). Tão relevante quanto às informações catalográficas que encerra, é o ligeiro ensaio introdutório em que os autores não apenas buscam balizar “a imprensa amazonense no contexto da imprensa brasileira”, como também apresentam conjuntos possíveis de serem percebidos no rol dos títulos publicados, como os jornais operários, estudantis, literários, etc.

Uma década depois, a tese de Maria Luiza Ugarte Pinheiro avançou sobre esse legado, abordando mais profundamente o processo de inserção da imprensa amazonense na rica expansão do periodismo brasileiro, vivenciada em especial entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. Pinheiro delinea as características gerais dos primeiros jornais ali editados e as principais linhas de força da História da Imprensa amazonense, não sem antes inquirir sobre a aparente contradição, desta imprensa surgir no interior de um contexto social marcado por forte tradição

de oralidade, onde nem a escrita e nem mesmo a língua portuguesa – como afirma José Ribamar Bessa Freire⁷ – eram claramente hegemônicas.

Na análise de Pinheiro, o desenvolvimento do periodismo no Amazonas está associado tanto à expansão da economia de exportação da borracha e ao processo migratório por ele induzido, quanto à assimilação, na Amazônia, dos valores estéticos e do ideário cultural da Belle Époque (PINHEIRO, 2001, p. 57-59), projetando não apenas o urbanismo moderno, associado às intervenções do Barão Haussmann em Paris, como também a ciência, a tecnologia e a própria imprensa como emblemas marcantes dessa modernidade, sentida, a um só tempo, como inexorável e avassaladora (BERMAN, 1999).

Asseverando que “o periodismo amazonense expressou tanto quanto instituiu clivagens e segmentações, abrindo contradições as mais diversificadas”, Pinheiro chamou a atenção para a importância das pequenas folhas, que, mesmo marcadas pela efemeridade, conseguiram, por vezes, entabular posturas diferenciadas e até dissidentes – seja em relação à grande imprensa, seja à “norma culta (então mais aferrada ao refinamento burguês)” e aos interesses das elites letradas locais (PINHEIRO, 2001, p. 4) – que permitiam aflorar para o historiador temas, questões e sujeitos igualmente diferenciados.

No rastro dessas contribuições, emergiram uma dezena de contribuições, em dissertações de mestrado (ALVES, 2009; TELES, 2008; AVELINO, 2008; SANTIAGO, 2010; OLIVEIRA, 2010) que não apenas tomavam a imprensa como pedra de toque para a análise historiográfica, mas que tem permitido sobremaneira explorar outras dimensões da história regional, até então ancorada num perceptível tradicionalismo historiográfico,

⁷ José Ribamar Bessa Freire demonstra a forte presença da língua geral na História da Amazônia, vendo o processo de hegemonia da língua portuguesa na região se estabelecer lentamente a partir de 1850 (2004, p. 109).

que havia levado o escritor Marcio Souza a denunciar a História do Amazonas como:

a mais oficial, a mais deformada, encravada na mais retrógrada e superficial tradição oficializante da historiografia brasileira. Pouco estudada, verdadeiramente abandonada, com uma bibliografia parca e documentação rara e saqueada por inescrupulosos que se julgam proprietários do passado (SOUZA, 1977, p. 17).

Vinte anos depois da crítica esboçada por Marcio Souza, aconteceram mudanças perceptíveis na escrita da história regional, que passou a ser informada também por abordagens renovadas do ponto de vista historiográfico e a explorar temáticas antes esquecidas ao pouco referenciadas, fazendo emergir uma História da Amazônia descolonizada e muito mais plural (LEONARDI, 1996; PRIORE; GOMES, 2003) do que as imagens estereotipadas e falaciosas, seja de um vazio geográfico, seja de um imenso seringal, a marcar fases passadas da história do Brasil.

3. Nos Confins da Amazônia

O desejo de flagrar dimensões outras do processo histórico amazonense deve, portanto, não apenas fazer nosso olhar incidir sobre contextos e sujeitos históricos diferenciados, mas também sobre suportes documentais que possibilitem a percepção de temas e questões colocados em pauta e visibilizados com maior ênfase pela História Social e Cultural. Se fugindo do estigma do seringal, a historiografia amazonense contemporânea tem abraçado com maior ímpeto os processos urbanos, concentrou sua atenção, todavia, exclusivamente no caso manauense.

Um olhar para os contextos urbanos mais acanhados e em formação, dispersos ao longo do sertão amazônico, aguarda ainda maior atenção, em que pese a contribuição de uns poucos historiadores e memorialistas (REIS, 1939;

JOBIM, 1966; BITTENCOURT, 1985). Há, com efeito, um incômodo silêncio historiográfico a pairar sobre o passado das pequenas vilas e cidades amazônicas, e os estudos associados à História da Imprensa podem abrir um novo veio para sua superação. Com efeito, é preciso argumentar que em muitos contextos citadinos do interior do Amazonas, a produção periódica foi intensa no período de maior efervescência do periodismo no Brasil, o que não chega a ser uma novidade, se tomarmos como base a observação feita por Robert Levine para o contexto baiano por ele analisado.

No Brasil do século XIX, as taxas de alfabetização eram baixas, mas a atividade jornalística era intensa. Cada facção política disseminava suas ideias através de pelo menos um periódico. Em 1897, o ano da última campanha contra Canudos, 27 novos jornais foram criados na capital federal. Quase 700 jornais foram publicados na Bahia no transcorrer do século, e até a aldeola de Curralzinho teve nove. A maioria dos jornais não sobreviveu muito tempo, mas para cada um que fechava, outro aparecia em seu lugar (LEVINE, 1995, p. 54).

As informações catalográficas disponíveis para o contexto amazonense reforçam essa dimensão, uma vez que é possível perceber que aproximadamente 18% dos jornais editados no Amazonas – 120 num universo de pouco mais de 600 títulos registrados entre 1851 a 1950 – circularam fora da capital (Manaus), espalhando-se, quase sempre, pelas vilas e cidades mais importantes do Estado, em especial em Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Coari, Tefé e Humaitá, além de Rio Branco, vinculada ao Território (e depois Estado) do Acre (FARIA E SOUZA, 1908; FREIRE, 1990).

No inventário inicial acerca da produção periódica amazonense, realizado em 1908 por J. B. Faria e Souza, é possível perceber três inequívocas dimensões: a intensa vitalidade jornalística alcançada no Amazonas, sua forte concentração na capital (Manaus) e seu lento, porém significativo, espalhamento para o sertão amazônico, conforme se percebe em tabela elaborada pelo autor:

Tabela 1. Jornais e revistas publicados no Amazonas entre 1851-1908 (segundo a localidade)

I	Barcelos (rio Negro)	2
II	Coary (rio Solimões)	1
III	Humaythá (rio Madeira)	2
IV	Itacoatiara (Baixo Amazonas)	5
V	Lábrea (rio Purus)	8
VI	Manicoré (rio Madeira)	8
VII	Manacapuru (rio Solimões)	1
VIII	Manãos (Capital)	328
IX	Parintins (baixo Amazonas)	3
X	Rio Branco (rio Negro)	3
XI	São Joaquim (rio Negro)	3
XII	Tefé (rio Solimões)	1
XIII	Território Federal do Acre	6
		371

Fonte: João Batista de Faria e Souza (1908, p. 76).

É possível argumentar também que este espraiamento da imprensa, pelo sertão ocidental da Amazônia, caminhou a passos com o lento urbanismo que ali foi se desenvolvendo sob à égide da dinamização econômica provocada pela economia de exportação da borracha e pelo forte deslocamento de populações que ela propiciou, num processo sensível que impactou os pequenos, dispersos e sonolentos núcleos coloniais da região. Tanto é assim, que é possível perceber nos registros catalográficos, a maior incidência de títulos em áreas e períodos alcançados pela expansão da borracha, explicando a recorrência de jornais em cidades como Itacoatiara, Borba, Manicoré e Humaita (estas três últimas no rio Madeira), entre 1880 e 1900; em Coari, Lábrea e Rio Branco (então vinculado ao Amazonas) entre 1900-1920; ou, inversamente, a pouca incidência de títulos em vilas e cidades de áreas mais afastadas dos seringais, como o vale do rio Negro.

Com efeito, Arthur Reis sugere que a implantação desses núcleos coloniais na Amazônia obedeceu, em boa medida, estratégias geopolíticas ditadas pelo colonialismo lusitano, em permanente tensão com outras nações

europeias (REIS, 1993, p. 46), razão pela qual, muitos desses núcleos originaram-se de fortificações militares adstritas às fronteiras coloniais – de resto mal definidas! – ou ainda de antigas reduções indígenas promovidas pelas ordens religiosas. Suas dinâmicas, no entanto, assimilaram tanto o impacto das ações coloniais – seja em relação com os grupos indígenas⁸, de um lado; seja em relação às nações europeias, de outro – quanto os fluxos e refluxos da economia colonial e, após, 1823, da economia nacional.

Como sustenta Edna Castro, “as cidades podem crescer em função de processos diferenciados, mas, em geral, estes estão sempre relacionados às atividades produtivas locais ou regionais” (CASTRO, 1992, p. 165). Em estudo clássico, Emília Viotti da Costa enfatiza essa dimensão econômica no surgimento das cidades brasileiras, inclusive como definidora das características assumidas por elas no litoral e no interior do país. Para ela:

A urbanização no século XIX seria menos fruto da expansão do mercado interno, e mais reflexo da expansão do mercado internacional e do desenvolvimento da economia de exportação de produtos tropicais destinados aos mercados europeu e americano do norte e setores subsidiários; daí o contraste entre os centros urbanos litorâneos ligados à economia de exportação e as cidades interioranas (COSTA, 1985, p. 218).

De qualquer forma, no vasto sertão brasileiro e, em especial, amazônico, assumindo funções administrativas de pequena monta, as pequenas vilas tenderam a manter povoamento limitado e pacata vida social, além de estruturalmente aferrada a unidades produtivas de sua quase indistinta zona rural. É o que argumenta Viotti, para quem, em geral, “os núcleos urbanos do interior viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais” (1985, p. 201). Outra dimensão do processo de urbanização brasileiro, pelo

⁸ A título de exemplo, vale lembrar Moreira Neto, para quem a resistência indígena no vale do rio Negro durante o último quartel do século XVIII foi capaz não apenas de deter o avanço do colonialismo lusitano, mas também de fazer desaparecer por completo alguns núcleos coloniais ali assentados (MOREIRA NETO, 1988, p. 66).

menos até o advento da República e o raiar do século XX, foi a dispersão e mesmo, o isolamento, ambas visíveis no cenário amazonense do período.

A autora não deixará de nos alertar, entretanto, que este quadro só começa a mudar significativamente quando esses pequenos núcleos urbanos são alcançados por processos dinamizadores atrelados à economia de exportação e, em decorrência, favorecidos pela melhoria dos transportes. É o que parece também ter ocorrido na Amazônia, onde a conjuntura específica aberta pela expansão da economia gumífera na região não deixaria de impactar o urbanismo regional, dinamizando-o numa escala até então jamais experimentada.

No interior do Amazonas, muitas dessas localidades, bem mais próximas dos centros de produção da borracha do que os entrepostos comerciais de Manaus e Belém cresceram demograficamente com a expansão das migrações nordestinas de final do século XIX (FURTADO, 1985, p. 129-136). De mais a mais, foram também favorecidas pelo caráter sazonal daquela produção, atraindo seringueiros nos períodos de inverno, quando a coleta do látex se via impossibilitada. Em 1910, o Governador do Estado do Amazonas, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, via esses deslocamentos sazonais como bastante problemáticos. Referindo-se à Manaus, lamenta

afluência de aventureiros e do pessoal que desce dos seringais, por ser a época da safra, o que quer dizer – época do dinheiro, vindo uns a procura de recuperar pelas distrações o tempo que passou no isolamento do interior do Estado, outros a procura de trabalho e finalmente alguns que vêm exercer as suas habilidades, e daí o aumento do convívio, as disfunções e a prática do delito (apud PINHEIRO, 2003, p. 39).

Além do mais, a própria historiografia da borracha tem assinalado que parte do contingente de migrantes atraídos pelo propagandismo da borracha jamais chegou aos seringais, preferindo tentar a vida nesses pequenos núcleos urbanos, enquanto outra parte, a eles se dirigem movidos pelo desencanto com a vida tirânica reinante nos seringais (PINHEIRO, 2003, p. 54). Na rota das

fugas, as cidades amazônicas podiam, portanto, se configurar como polos de atração e de libertação nada desprezíveis. Por outro lado, como tais indivíduos reestruturaram suas vidas no interior dessas comunidades, adaptando-se ao seu modo de vida, ou, inversamente, como as impactaram, é algo que a História Social pouco elucidou e que é preciso ainda investigar.

Como já asseverava Emília Viotti (1985, p. 203), dentre os elementos dinamizadores da urbanização e modernização acontecida no Brasil em fins do século XIX, a imprensa esteve presente e desempenhou papel fundamental. Já ia longe o tempo em que, por, volta de 1822, o isolamento era agravado pela “ausência de jornais e de correios”, razão pela qual “a maioria das populações urbanas do interior... continuava à margem da história”, “ignorante do que se passava no mundo”. No novo cenário urbano, “ampliando-se o público, multiplicaram-se os jornais e revistas em circulação. Fundaram-se associações artísticas e musicais em várias cidades. Aumentou a sociabilidade” (COSTA, 1985, p. 215).

É possível concordar também com as relativizações propostas pela autora, quanto ao impacto dessas mudanças em áreas mais distantes e isoladas do país, ou ainda com o caráter precário e, até certo ponto, artificial do processo de modernização vivenciado pelo país na virada para o século XX⁹, mas há que se investigar as linhas de força deste processo e as dimensões por ele assumidas, ali onde a historiografia avançou muito pouco sobre o tema.

Queremos crer que mesmo a Imprensa que chega às cidades interioranas do Amazonas, atua não somente como um canal de informação sobre a região, o país e o mundo, mas é percebida, demandada e atua também revestida dessa dimensão de "verniz civilizatório", mostrando-se capaz de fazer avançar as distantes localidades em direção ao progresso sempre esperado. Não é à toa que um dos jornais alvo de nossa investigação, oriundo da cidade de Manacapuru

⁹ Com efeito, para Viotti, “a modernização, aliada à urbanização, se fez apenas de fachada, dentro dos limites das cidades mais importantes” (1985, p. 223).

(distante 85 km de Manaus), tenha incorporado esta dimensão em seu próprio título: *O Progresso*. Como ele, muitos outros incorporaram essa mesma perspectiva programaticamente. Em fins do século XIX, os editores d'*O Município* comentavam: “Ninguém ignora que são intuitivas as vantagens resultantes da Imprensa: alavanca poderosa das sociedades bem organizadas, a sua sublime missão consiste em doutrinar o povo, instruindo-o e fazendo-o conhecer seus direitos e deveres” (O MUNICÍPIO, Itacoatiara/AM, 11 jun. 1893).

Não deve haver dúvida quanto ao fato de que, em maior grau, essa imprensa que se espraiava pelo interior amazônico ser algo improvisada e amadora, com poucos recursos a seu dispor e igualmente limitada pela oferta restrita de quadros técnicos, razão pela qual dentre suas marcas mais importantes, estavam a efemeridade e as contínuas interrupções:

Ao Público:

“O Coaryense” deixou de sair nas duas quintas feiras transactas, devido as mudanças de nossa oficina e da pharmácia de nosso redator proprietário.

Não foi somente esta a causa, esteve gravemente enfermo o nosso único operário e impressor.

Aproveitamos a oportunidade para pedir aos Senrs. Assinantes, e em geral ao público, desculpa de nossa pequena interrupção (O COARYENSE, n. 6, 6 jun. 1895).

No mesmo diapasão, os editores do *O Progresso*, mal tendo publicado seu primeiro número, já no número seguinte, atrasado em 15 dias, externavam as dificuldades de manutenção de suas edições, premido que estava pela falta de quadros técnicos qualificados:

Por motivo de força maior, independente de nossa vontade, fomos obrigados a suspender a publicação deste jornal.

O nosso typographo e impressor, o sr. Lycurgo de Sousa, foi inesperadamente chamado ao Ceará afim de acompanhar no Amazonas uma sai irmã, retirando-se desta vila a 4 do corrente mez.

Com a máxima brevidade mandamos contractar um artista nas condições de bem servir aos nossos leitores, e temos hoje o prazer de contar em nosso meio social com o sr. Jonathas Magalhães, hábil e distinto profissional na área gráfica.

Com tão bela aquisição esperamos que a vida de nosso pequeno semanário jamais terá interrupção.

O Progresso cumprimenta o jovem artista (O PROGRESSO, Manacapuru/AM, n. 2, 22 jan. 1911).

Não sendo uma especificidade do sertão amazônico, a efemeridade fazia com que títulos mal anunciados num dia, não lograssem solução de continuidade mesmo para a tirada de um segundo número. Numa visão global dos empreendimentos jornalísticos realizados no interior do Estado do Amazonas e, levando-se em conta as informações catalográficas relativas ao período compreendido entre 1880 e 1920, permite-nos propor uma tríplice partição que, bastante assimétrica, englobaria em seu primeiro nível nada menos que a metade dos jornais ali produzidos, estando estes caracterizados como o de maior efemeridade, já que constituído por jornais que não conseguiram chegar sequer a dez números. Num nível intermediário, respondendo por 30% dos jornais editados, estariam os periódicos que conseguiram emplacar até 50 números, antes de seu desaparecimento, enquanto os 20% restante dos títulos lograram maior êxito, superando esta marca, embora, dentre eles, apenas uma dezena tenha conseguido publicar mais que 100 números e romper a fronteira do primeiro ano de publicação.

Neste último conjunto de periódicos, encontram-se títulos importantes como *O Progresso*, de Manacapuru, que, mal ultrapassando o primeiro ano de existência, findou suas atividades com o número 57. Já o *Paládio*, de Itacoatiara, conseguiu estender suas atividades de 1908 a 1911, tirando 108 números. Exemplo raro de longevidade, o *Correio do Purus*, publicado na cidade de Lábrea e iniciado em 1º de agosto de 1898, conseguiu entender sua existência até 1916, enquanto o *Humaythaense*, circulando em Humaitá, espalhou-se de 1891 a 1917. Em todos esses casos há, todavia, sensíveis hiatos e interrupções, cuja retomada

podia, eventualmente, ocorrer associada a novo título e/ou formato. Assim, a ligeira experiência (4 números registrados) de publicação do quinzenal *O Avança*, em 1907, na cidade de Itacoatiara, viu-se retomada no ano seguinte pelo *Paládio*, bem mais estruturado e de periodicidade semanal. De igual forma, em 1884 a cidade de Manicoré viu surgir o *Comércio do Madeira* que, um ano mais tarde, retomaria a publicação já sob o título renovado de *Correio do Madeira*, cujas atividades foram até o ano de 1891.

Mesmo os títulos mais longevos não conseguiam enfrentar o desafio das edições diárias, um sonho que, à época, mesmo na capital do Estado, Manaus, estava ao alcance de um número ínfimo de grandes empreendimentos. Dessa forma, o formato dos jornais do interior do Amazonas era característico das folhas hebdomadárias e “domingueiras” (CRUZ, 2000, p. 100) que, eventualmente, podiam assumir, como o *Correio de Serpa*, uma segunda tiragem na semana.¹⁰

Um dado importante é que a ideia que essa imprensa interiorana faz de seu papel não é modesta ou mesmo restrita meramente às dimensões informativas e noticiosas. Pelo contrário, desde cedo está presente entre seus animadores a ideia de uma imprensa proativa, que opina, interfere e forma opinião. Veja-se o que dizia, no final do século XIX, na longínqua cidade de Barcelos (no alto rio Negro, a 400 km de Manaus), o jornal *O Mariuaense*:

O jornal é um fator poderoso do progresso e da civilização, é muito mais o propulsor fecundo do dia da manhã, do que o historiador dos factos e acontecimentos que ocorreram.

É nisto que consiste o seu maravilhoso poder.

Ele dirige a opinião, educando-a, bate de frente os preconceitos e os prejuízos, que abastardam, lucha com a pena como se peleja com a espada (O MARIUAENSE, Barcelos/AM, n. 6, 22 abr. 1897).

¹⁰ O *Correio de Serpa* foi publicado em Itacoatiara no ano de 1912, publicando expressivos 93 números.

Tal proposição não deixa de revelar uma perspectiva madura e moderna, fruto de quem efetivamente acompanhou a trajetória da Imprensa ao longo do século. Nela há, como se viu, o acento romântico herdado do iluminismo e de sua crença na ideia de progresso e no processo civilizador que, pelo mundo das letras, alavanca a sociedade, afastando-a do seu passado de barbárie¹¹. Mas há também um acento no pragmatismo que, combatendo desmandos, alinhavando propostas e exaltando currículos e carreiras, mergulha na vida oligárquica e nos seus embates político-partidários. Desta forma, não é surpresa que, assim como a *Gazeta de Manicoré* (que se autodenominava “Órgão do Partido Conservador”), um terço dos jornais lançados no interior do Amazonas entre 1880 e 1920, tenham assumido vínculos com partidos políticos locais ou nacionais, já no momento de sua emergência. Neles, o engajamento na luta política era pedra de toque, transformando a imprensa em cenário contínuo de lutas e tensões, em que a defesa de determinado ideário político, pressupunha, muitas vezes, o confronto aberto com outros órgãos de comunicação. Assim, em matéria intitulada “Como se falta a verdade”, a *Gazeta de Manicoré*, atacava seus adversários do *Correio do Madeira*:

Ferindo ainda uma vez os ouvidos do país já surdo a grita descompassada, constante e sem critério, de todos os dias, características dos liberais, volta o Correio do Madeira com um imbróglío assinado por 19 liberais.

Escusado é dizer que, tratando da “Questão Neveca”, dizem cobras e lagartos dos conservadores que, segundo afirmam, tendo a frente de capangas armados, os nossos amigos capitão Bentes e Promotor Público, “impediram que o Presidente da Câmara deferisse juramento ao vereador legítimo” (GAZETA DE MANICORÉ, n 10, 16 jan. 1887).

¹¹ Nesses discursos, a imprensa é, quase sempre, tomada como indicadora dessa nova “etapa” do processo civilizador: “A evolução social que ora se tem operado neste município, tem dado margem ao devotado amor pelo incremento das letras, resultando daí o aparecimento deste modesto semanário...” (O PROGRESSO, Manacapuru/AM, n, 1, 1 jan. 1911).

Até mesmo os periódicos que postulavam uma “neutralidade política”, com o passar do tempo, acabavam sendo levados para o cenário político-partidário. A esse respeito, a trajetória do *O Progresso* é emblemática. Já em seu primeiro número, o jornal afirmava não ter caráter político, nem “predileção por este ou aquele grupo”, mas a partir do número 14, anuncia sem rodeios: “Desta data em diante passa este pequeno jornal a ser Órgão do Partido Republicano Federal, defendendo com todo ardor os seus interesses, no Amazonas e mui especialmente em Manacapuru” (O PROGRESSO, Manacapuru/AM, n, 1, 1 jan. 1911).

Imersa no cenário político e propícia ao debate e ao confronto de ideias e projetos de intervenção social, a imprensa trilhou caminhos sinuosos e árduos, encontrando, muitas vezes, a violência de grupos políticos que, nos grotões mais ruralizados do país, reforçavam ações truculentas de um coronelismo sem peias. Neste contexto, contraditar interesses das oligarquias no poder exigia não apenas coragem, como também estratégias de luta e sobrevivência. No mesmo momento em que *O Progresso* anunciava sua adesão política, denunciava estar sendo alvo de perseguição política que ameaçava sua sobrevivência:

A 17 do corrente ia esta vila sendo teatro de trágicos acontecimentos, devido a imprudência de espíritos irrequietos que sem pesarem as palavras e suas consequências entendem de ofender a Deus e ao Mundo.

Estes mesmos atribulados pretendiam empastelar o nosso jornal; aconselhamos a estes inconsequentes mais prudência, na certeza de que não recuaremos uma linha na defesa de nossa propriedade e de nossos direitos (O PROGRESSO, Manacapuru/AM, n, 1, 1 jan. 1911).

Em todos os casos em que o embate político ganhou as páginas da imprensa, a base de legitimação do discurso jornalístico parece ser sempre a mesma: o jornal, traduzindo a insatisfação e os anseios populares, lança-se à

defesa dos interesses do povo, a que alega emprestar sua voz abnegada, já que “desprovida de interesses próprios”.

Como defensora dos sagrados interesses do povo, a Imprensa não teme o mais potentado, o menos filantrópico, porque ela é invulnerável à soez investida dos que pela força bruta tudo alcançam.

Algures disse: “Quando periclitam todas as garantias, quando dos povos desvaíra o espírito alucinado e febril, aí está ela (a imprensa) como nos ensina a história, a terçar suas armas em prol dos fracos e dos oprimidos, vibrando a clava formidável da pena no combate”...

É uma arma terrível, uma inexpugnável fortaleza onde está escudada a liberdade dos povos e os interesses da coletividade (PALADIO, Itacoatiara/AM, n. 34, 05 set. 1909).

Deve-se, todavia, ler essa imprensa interiorana em seus próprios termos, uma vez que, visto por suas falas, as dimensões desses núcleos urbanos ganham relevância própria, muitas vezes despercebida ou menosprezada pela visão dos grandes centros. Para *O Progresso* era importante lembrar os leitores que:

Manacapuru não é mais a feitoria de pescadores à cem anos atrás. É um centro mais ou menos adiantado; sede de comarca e município, tem duzentos fogos, aproximadamente com 2.000 almas de população; o seu comércio consta de dezesseis estabelecimentos, uma padaria, uma serraria à vapor, dois templos, sendo um maçônico e outro católico, uma typografia; a instrução é ministrada por três escolas públicas e duas particulares; e o mesmo comércio avia anualmente a mais de trezentos contos (O PROGRESSO, Manacapuru/AM, n. 9, 11 mar. 1911).

Com efeito, os discursos de autoafirmação são comuns e refletem, em boa mediada, a fase de expansão econômica e prosperidade a dinamizar os pequenos núcleos urbanos regionais, o que levou os editores do *Paládio* a afirmarem, sem rodeios: “incontestavelmente trilhamos pela larga e luminosa estrada do progresso”. Para boa parte dos animadores dessas folhas interioranas, dentre os inúmeros interesses associados à publicação de tais

folhas, estaria também o de asseverar para a capital do Estado e até mesmo para todo o país, as mudanças ocorridas, das quais eles próprios seriam a exemplificação maior.

A Itacoatiara de hoje que todos admiram não é a mesma de tempos atrás: esquecida, acusada unicamente de estacionária e refratária a tudo quanto diz progresso. Não. Hoje já faz-se justiça ao seu clima, ao seu notável adiantamento. Itacoatiara hoje já é conhecida em todo o país através das estatísticas onde ella ocupa lugar saliente. Na nossa capital mesmo, não somos mais apontados como retrógrados. O nosso adiantamento fez echo lá e isso atestam as diversas pessoas que aqui tem aportado com o fito de conhecer-nos e, bem orientados, empregaram seus capitães em empresas futuras (PALADIO, Itacoatiara/AM, n. 21, 04 fev. 1909).

Em conclusão, é possível argumentar que, tomados como objetos da investigação historiográfica, os periódicos do sertão amazônico e as representações que eles produziram e difundiram acerca de si mesmos e das comunidades em que se inseriam, mostram-se desafiadores e promissores, e sua melhor investigação poderá, sem sombra de dúvidas, contribuir para a revitalização dos estudos históricos regionais, jogando luz, a um só tempo, nos processos que animavam a expansão da imprensa e da cultura letrada no âmbito regional, quanto nas interfaces que esses meios de comunicação mantinham com a sociedade que os produzia e consumia.

Com os olhos voltados para os grandes centros urbanos do país, a historiografia brasileira designou, não sem razão, a trajetória da Imprensa ao longo do século XIX como possuindo uma “fase heroica”, anterior à efetiva profissionalização do campo (MARTINS; LUCA, 2006, p. 34). Partícipes anônimos desse percurso, os jornais do sertão amazônico, tendo cumprido diversificado e relevante papel em seu tempo, impactaram sensivelmente as comunidades que os produziram, abrigaram e com quem eles buscaram dialogar diretamente. Exatamente por isso não podem ficar por mais tempo apartados da História Social, com quem, contemporaneamente, também podem dialogar.

Há, por fim, uma dimensão de cidadania inscrita em tais procedimentos, já que capaz de reintegrar às pequenas comunidades a posse de um passado que foi deixado de lado e que pode lhes ser útil para pensar os caminhos a seguir. A chave aqui proposta é pensar imprensa e sociedade, numa relação rica e dinâmica, onde se perceba a cidade, espaço por excelência da experiência jornalística, como “operadora da memorização”, tal como propôs Maria Stella Bresciani. Desta forma, a cidade se dá a ver pelas “memórias contidas em suas bibliotecas, monumentos, estabelecimentos de ensino, imprensa”. Assim pensada, a imprensa interiorana do sertão amazônico não deixa de também contribuir, tanto quanto os núcleos urbanos que a acolheu, para “colocar o mundo na *história*” e trazer “para o presente o legado das gerações mortais e de suas heranças imortais” (BRESCIANI, 2002, p. 29-30).

Vencendo o tempo, essas pequenas folhas saem hoje dos arquivos empoeirados, reavivadas pelos ventos da mudança historiográfica capaz de neles encontrar não apenas os temas, as questões e as personagens de um passado regional esquecido e desconhecido, mas também de responder – obviamente que dentro de seus parâmetros próprios, valores e representações – às indagações que tanto nos inquietam no presente.

Referências

ALVES, Hozenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945)*. Manaus, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2009.

AVELINO, Alexandre Nogueira. *O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A Revista da Associação Comercial do Amazonas e as Representações Acerca do Trabalho no Amazonas*. Manaus, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. 2 vols. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. 2ª ed. Manaus: ACA, 1985.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 16-35.
- BUTTONI, Dulcília Schoeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2009.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- BURROW, John. *Uma História das Histórias: de Heródoto e Tucídides ao século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CALHÃO, Antonio; MORGADO, Elaine; MORAES, Sibebe. *Imprensa Periódica Mato-Grossense, 1847-1969*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Pensamento Liberal de “O Estado de São Paulo” (1927-1932)*. São Paulo, 1974. Dissertação (Mestrado em História Social) - USP, 1974.
- CARVALHO, Alfredo de. Genese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. A Questão Urbana na Amazônia. In: LOUREIRO, Violeta Refkalefsky (Coord.). *Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais*. Belém: CEJUP, 1992.
- CAVALCANTI, Lailson de Holanda. *Humor Diário: A ilustração humorística no Diário de Pernambuco, 1914-1995*. Recife: Editora da UFPE, 1996.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes: A imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado, 2000.

ELEUTÉRIO, Paulo. *Imprensa Gynasiana. Anuario do Gymnasio Amazonense Pedro II: Comemorativo do Primeiro Centenário do Imperador. Anno I.* Manaus, s/ed., 1925.

FARIA E SOUZA, João Baptista de. *A Imprensa no Amazonas, 1851-1908.* Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

FONSECA, Sílvia Carla; CORRÊA, Maria Letícia (Orgs). *200 Anos de Imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950).* Catálogo de jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: A história das línguas na Amazônia Brasileira.* Rio de Janeiro: EDUERJ/Atlântica, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge (Orgs). *A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1922).* São Paulo: Imaginário, 2000.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por Trocadilho: A imprensa de narrativa irreverente paulistana, 1900-1911.* São Paulo: Alameda, 2006.

JOBIM, Anísio. *Três Municípios Amazonenses.* Manaus: Governo do Estado, 1966.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos sertões do Brasil.* Brasília: Editora da UNB/Paralelo 15, 1996.

LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro, 1893.* São Paulo: Edusp, 1995.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org). *Fontes Históricas.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823.* São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir; AGUIRRE JR, Carlos. *Historiografia Contemporânea: uma perspectiva crítica.* Bauru: EDUSC, 2007.

MARSON, Izabel Andrade. *Posições Políticas na Imprensa Pernambucana, 1842-1849.* São Paulo, 1974. Dissertação (Mestrado em História Social) - USP, 1974.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade.* São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. *A Imigração Nordestina na Imprensa Manauara (1877-1917)*. Manaus, 2010. Dissertação (Mestrado em História) - UFAM, 2010.

PALARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As Muitas Faces da História: Nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 2ª ed. Manaus: EDUA/Governo do Estado, 2003.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) – PUC/SP, 2001.

PRADO, Maria Lígia. *O Pensamento Liberal do Jornal “O Estado de São Paulo”, 1932-1937*. São Paulo, 1974. Dissertação (Mestrado em História Social) - USP, 1974.

PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio (Orgs). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, imagens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. *Manaus e Outras Vilas*. Manaus: s/ed., 1939.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. Belém: SECULT, 1993.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo consagrado à exposição comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, promovida pelo mesmo Instituto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

SANTIAGO, Maria Célia. *Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus*. Manaus, 2010. Dissertação (Mestrado em História) - UFAM, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1990.

SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense: Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Manaus, 2008. Dissertação (Mestrado em História) - UFAM, 2008.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 89-102, jul/1985.

